

João Teives  
director

# Dois conselhos, duas jurisdições?

Num momento em que todas as energias devem convergir num objectivo comum, talvez seja contraproducente perder tempo com uma guerra que irá criar dispersão, antagonismo e resistências

Sob o pretexto da unificação do Conselho Superior de Magistratura e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, faz todo o sentido recolocarmos a questão essencial. Devem continuar a existir as duas principais jurisdições? Têm sido aduzidos vários argumentos favoráveis à dualidade e à preservação da autonomia da jurisdição administrativa e fiscal relativamente à jurisdição comum. Julgo poder reduzi-los, na sua essencialidade, a este tríptico: história, especificidade e poder.

Começemos pela história então. O nosso modelo original, inspirado no francês, era um modelo essencialmente administrativista. O Conselho de Estado, antecessor do Supremo Tribunal Administrativo, não era um verdadeiro Tribunal. Mesmo durante o século XX, e até à Revolução e à aprovação da Constituição de 76, o modelo não era jurisdicional. Ao ponto de as auditorias administrativas ou o próprio Supremo serem vistos pelo Prof. Marcello Caetano como órgãos administrativos e não como órgãos judiciais...

**“O caminho percorrido de um modelo objectivista para um modelo subjectivista de contencioso, para a plena jurisdição e tutela efectiva dos direitos dos particulares, aproximou a jurisdição administrativa, na sua matriz, da jurisdição comum”**

A história só nos pode trazer uma realidade ontologicamente distinta cuja matriz fundadora é a agregação ao poder executivo e não ao poder judicial. A própria ideia de criação destes modelos administrativistas foi a de subtrair aos verdadeiros tribunais, emergentes do poder judicial, a apreciação dos actos do poder executivo.

O segundo argumento é o da especificidade. Diria que é um argumento que já foi mais decisivo. O caminho percorrido de um modelo objectivista para um modelo subjectivista de contencioso, para a plena jurisdição e tutela efectiva dos direitos dos particulares, aproximou a jurisdição administrativa, na sua matriz, da jurisdição comum. Compreendo que se possa esconder no monismo uma concepção política de menorização do Estado, de menor domínio da *res publica* e do direito público, concepção que não subscrevo. Mas não é de menos Estado que se trata, mas de saber se uma relação jurídica pública tem de estar sujeita a uma jurisdição privativa. Julgo que a recente reforma do mapa judiciário, com um trilha

aberto para a especialização dentro da jurisdição comum, afasta muitos dos óbices levantados pelo dualismo com a eventual vantagem de uma maior clarificação e até defesa dos direitos dos particulares face à progressiva fuga do Estado e dos entes com poderes públicos para o direito privado na sua actuação, gerando inevitáveis conflitos de jurisdição.

Resta-nos o poder. Com o dualismo evitamos uma excessiva concentração de poder. Este parece-me ser o verdadeiro argumento histórico-cultural que justifica o dualismo. É certo que não será decisivo. Certo é ainda que num momento em que todas as energias devem convergir num objectivo comum, talvez seja contraproducente perder tempo com uma guerra que irá criar dispersão, antagonismo e resistências. Julgo, todavia, que o caminho, até em obediência à pureza e racionalidade dos princípios e do sistema, nos conduzirá inevitavelmente à unificação.

## LIVRO

### A expiação de David Vann – a Ilha de Sukkwan

Quando tinha 13 anos, Vann foi convidado pelo pai a passar uma temporada com ele numa cabana do Alasca. Não foi. Passadas duas semanas, o pai suicidou-se. Vann passou dos 19 aos 29 anos a escrever esta sua primeira obra, e, diga-se desde já, que obra. Roy (filho) aceita o repto de Jim (pai) e vão para uma ilha (Sukkwan), no Alasca, desabitada e isolada do resto da humanidade. A natureza, sendo inóspita, e favorecendo o emergir dos conflitos interiores, surge aqui, não tanto como elemento antagónico, mas como espelho das ânsias, sentimentos e espírito dos dois. O foco nunca está no exterior, mas sim

no perscrutar do interior destes seres assombrados. No livro, o pai não se suicida, mas mata o filho. Seja de forma real (deu-lhe o tiro) ou simbolicamente (deu-lhe a arma para a mão, cometendo este suicídio). Estamos no domínio da mesma unidade simbólica. Mas talvez realidade e livro não estejam assim tão distantes. O suicídio do pai matara Vann, enchendo-o de culpa e vergonha. Com esta obra magistral, Vann reemerge, desperta e volta à vida. Mais uma excelente edição da Ahab.

